

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

Doutor em Direito pela PUC-SP. Mestre em Direito pela UFBA.
Professor Adjunto da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA-UFAL).
Professor Titular do Centro Universitário de Maceió (UNIMA).
Juiz Federal (AL).

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Em conformidade com a Teoria do Direito

3ª edição revista, atualizada e ampliada

2024

editora e livraria

NOESES

Copyright © Editora Noeses 2024

Fundador e Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho

Gerente de Produção Editorial: Rosângela Santos

Arte e Diagramação: Renato Castro

Revisão: Geórgia Evelyn Franco

Designer de Capa: Allá3 - Marcos Duarte

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

2024



editora e livraria

NOESES

Editora Noeses Ltda.

Tel/fax: 55 11 3666 6055

www.editoranoeses.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
NOTA À 3ª EDIÇÃO	XI
PREFÁCIO.....	XV
APRESENTAÇÃO.....	XIX

I - ESTÁTICA DO PROCESSO PENAL

Primeira Parte

TEORIA DO DIREITO NO PROCESSO PENAL

CAPÍTULO 1 – ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	3
1.1 Objeto do processo penal (processo penal e direito processual penal)	3
1.1.1 Conceito de direito processual penal	4
1.1.2 Teorias sobre a natureza jurídica do processo	4
1.1.2.1 <i>Teoria do contrato</i>	5

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

1.1.2.2 <i>Teoria do quase contrato</i>	5
1.1.2.3 <i>Teoria da relação jurídica</i>	6
1.1.2.4 <i>Teoria da situação jurídica</i>	7
1.1.2.5 <i>Teoria da instituição</i>	8
1.1.2.6 <i>Teoria da instituição como organização</i>	8
1.1.2.7 <i>Teoria do dispositivo</i>	9
1.2 Condicionantes normativos de tempo e espaço.	10
1.2.1 Lei processual penal no tempo.....	12
1.2.1.1 <i>Vigência</i>	13
1.2.1.2 <i>Validade</i>	15
1.2.1.3 <i>Distinção entre validade e vigência no CPP</i>	17
1.2.1.4 <i>Sentido forte ou fraco de validade</i> .	18
1.2.1.5 <i>Validade e realismo jurídico</i>	19
1.2.1.6 <i>Eficácia</i>	21
1.2.2 Lei processual penal no espaço.....	22
1.3 Interpretação (sentido e substrato do processo penal)	23
1.4 Morfologia do intérprete autêntico (juiz das garantias e juiz da instrução criminal)	26
1.5 Sistema processual penal de referência (acusatório, inquisitivo e híbrido)	27
1.6 Aplicação a caso concreto.....	30
1.7 Conclusão e próximo capítulo	31
CAPÍTULO 2 – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	33
2.1 Conceito de fonte do direito.....	33

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

2.2	Classificação das fontes do direito.....	33
2.2.1	Classificação das fontes materiais segundo a natureza principal ou secundária da produção do direito	34
2.2.2	Classificação das fontes formais segundo o grau de generalidade e de abstração da norma jurídica	35
2.2.3	Classificação das fontes formais segundo a natureza da cognição.....	36
2.2.4	Classificação das antinomias.....	37
2.3	Fontes materiais do direito processual penal....	39
2.4	Fontes de cognição do direito processual penal	39
2.4.1	Os costumes e as fontes digitais de cognição	40
2.4.2	Fontes de cognição <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>	42
2.5	Hierarquia das fontes do direito processual penal	43
2.6	Abertura principiológica.....	46
2.7	Fatores condicionantes das fontes do direito.....	46
2.8	Critérios para a identificação das fontes do direito	47
2.9	Inconstitucionalidade e ilicitude como fontes do direito	49
2.10	Produção normativa e controle.....	50
2.11	Subsunção normativa	52
2.11.1	Premissa maior.....	53
2.11.2	Premissa menor	55
2.11.3	Conclusão silogística	56
2.12	Função da linguagem formal.....	57
2.13	Linguagem como instrumento do sistema	58

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

2.14 Fontes constitucionais do processo penal	62
2.14.1 Fonte-princípio	62
2.14.2 Fonte constitucional da audiência de custódia	64
2.15 Fonte por tipificação direta ou indireta do ilícito processual	66
2.16 Fontes de quadro (abismos e precedentes).....	67
2.17 Fontes híbridas. Emprego de algemas	69
2.18 Fontes jurisprudenciais reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.....	71
2.19 Aplicação a caso concreto	72
2.20 Conclusão e próximo capítulo	73
CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS	75
3.1 Sentido e alcance do conceito de princípio	75
3.2 Princípios constituídos a partir de base empírica direta.....	76
3.3 Princípios constituídos a partir de base empírica indireta	76
3.4 Princípios constitucionais do processo penal	77
3.4.1 Princípio da dignidade humana	77
3.4.2 Princípio da presunção de inocência	80
3.4.3 Princípio do contraditório	81
3.4.3.1 <i>Contraditório pericial</i>	82
3.4.3.2 <i>Contraditório nas medidas cautelares</i>	84
3.4.4 Princípio da ampla defesa	85
3.4.4.1 <i>Ampla defesa no inquérito policial</i>	87
3.4.4.2 <i>Ampla defesa no processo penal condenatório</i>	88

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

3.4.4.3 <i>Ampla defesa na fase dos recursos.</i>	89
3.4.5 Princípio da igualdade.....	90
3.4.6 Princípio da isonomia	91
3.4.7 Princípio da paridade de armas.....	91
3.4.8 Princípio do devido processo legal.....	93
3.4.9 Princípio da fundamentação das decisões judiciais.....	97
3.4.10 Princípio da vedação da prova ilícita.....	97
3.4.11 Princípio da publicidade.....	98
3.4.11.1 <i>Direito à informação e publicidade</i>	98
3.4.11.2 <i>Direito de acesso aos autos da inves- tgação pelo advogado</i>	100
3.4.11.3 <i>Publicidade dos julgamentos</i>	101
3.4.12 Princípio do juiz natural.....	102
3.4.13 Princípio da indeclinabilidade da jurisdição	104
3.4.14 Princípio da vedação a compelir alguém à autoincriminação.....	104
3.4.14.1 <i>Direito ao silêncio</i>	106
3.4.14.2 <i>Proibição de condução coercitiva do imputado para o seu interrogatório</i>	107
3.4.14.3 <i>Condução coercitiva para o reco- nhecimento do imputado</i>	109
3.4.15 Princípio da obrigatoriedade da ação penal	109
3.4.16 Princípios informadores do júri	110
3.4.16.1 <i>Plenitude de defesa</i>	110
3.4.16.2 <i>Sigilo das votações</i>	111
3.4.16.3 <i>Soberania dos veredictos</i>	112

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

3.4.16.4 <i>A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida</i>	113
3.4.17 Princípio da razoável duração do processo	113
3.4.17.1 <i>Duração do processo e forma procedimental</i>	114
3.4.17.2 <i>Excesso de prazo frente à razoável duração do processo</i>	114
3.5 Principiologia das nulidades	116
3.5.1 Âmbito de incidência e objeto de aplicação	118
3.5.2 Princípios informadores das nulidades processuais penais	118
3.5.2.1 <i>Instrumentalidade das formas</i>	118
3.5.2.2 <i>Prejuízo (pas de nullité sans grief)</i>	121
3.5.2.3 <i>Interesse na alegação</i>	122
3.5.2.4 <i>Oportunidade (momento oportuno)</i>	123
3.5.2.5 <i>Anuência (aceitação dos efeitos do ato atípico)</i>	126
3.5.2.6 <i>Convalidação</i>	126
3.5.2.7 <i>Verdade substancial</i>	128
3.5.2.8 <i>Confinamento ou da conservação dos atos processuais</i>	128
3.5.2.9 <i>Causalidade, extensivo da consequentialidade ou da concatenação</i>	129
3.5.2.10 <i>Restrição processual à decretação da ineficácia</i>	130
3.5.2.11 <i>Eficácia do ato viciado</i>	130
3.5.2.12 <i>Economia processual</i>	130
3.6 Princípios da jurisdição	132

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

3.6.1	Princípio da jurisdicionalidade (inevitabilidade da jurisdição)	132
3.6.2	Princípio da inércia	134
3.6.3	Princípio da substitutividade da jurisdição	134
3.6.4	Princípio da indelegabilidade da jurisdição	135
3.7	Principiologia recursal	135
3.7.1	Delimitação da noção de princípio recursal	135
3.7.2	Princípios informadores dos recursos	137
	3.7.2.1 <i>Voluntariedade</i>	137
	3.7.2.2 <i>Taxatividade</i>	137
	3.7.2.3 <i>Unicidade</i>	138
	3.7.2.4 <i>Eficácia favor rei</i>	139
	3.7.2.4.1 <i>Preclusividade progressiva</i>	139
	3.7.2.4.2 <i>Non reformatio in pejus</i>	139
	3.7.2.4.3 <i>Pessoalidade</i>	140
	3.7.2.4.4 <i>Intranscendência</i>	140
	3.7.2.4.5 <i>Fungibilidade</i>	141
	3.7.2.4.6 <i>Conversibilidade</i>	141
	3.7.2.4.7 <i>Colegialidade</i>	141
3.8	Principiologia das medidas cautelares pessoais	141
3.8.1	Princípio da fungibilidade cautelar	142
3.8.2	Princípio da substitutividade	143
3.8.3	Princípio da homogeneidade	144
3.8.4	Princípio da finalidade	145
3.8.5	Princípio da provisionalidade	146
3.9	Princípios gerais do direito	146
3.9.1	Princípios transcendentais	147

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

3.9.1.1 <i>Identidade</i>	148
3.9.1.2 <i>Não contradição</i>	148
3.9.1.3. <i>Terceiro excluído</i>	148
3.9.2 Princípio da proporcionalidade.....	148
3.10 Aplicação a caso concreto	149
3.11 Conclusão e próximo capítulo	150
CAPÍTULO 4 – RELAÇÃO ENTRE PRINCÍPIOS E REGRAS	151
4.1 Adscrição normativa.....	151
4.2 Espaços de quadro.....	152
4.3 Preenchimento dos espaços do sistema.....	153
4.4 Núcleo constitucional do sistema acusatório	155
4.5 Da verdade a todo custo à desistência da verdade	156
4.6 Proteção dos direitos humanos pela estrutura de garantias.....	158
4.7 Controle da verdade pelo procedimento.....	160
4.8 <i>Deficit</i> de eficácia de garantias fundamentais pela discricionariedade judicial	162
4.9 Limites à interpretação no sistema de garantias	164
4.10 Aplicação a caso concreto	165
4.11 Conclusão e próximo capítulo	166
CAPÍTULO 5 – ORDENAMENTO E SISTEMA	169
5.1 Ordenamento e sistema no processo penal	169
5.2 Diferença entre ordenamento e sistema	173
5.3 Função do sistema	176

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

5.4	Diacronia do ordenamento jurídico.....	178
5.5	Sincronia do sistema jurídico	181
5.6	Microsistemas no sistema de processo penal ...	184
5.7	Consistência estrutural do sistema	185
5.8	Abstrativização da jurisprudência no sistema ...	187
5.9	<i>Autopoiesis</i> normativa.....	189
5.10	Hierarquia dos enunciados normativos	190
5.11	Sistema e acoplamento estrutural.....	193
5.12	Acoplamento do prejuízo construído pela jurisprudência	196
5.13	Acoplamento do <i>ne bis in idem</i>	198
5.14	Estrutura acusatória do sistema	200
5.15	Aplicação a caso concreto	203
5.16	Conclusão e próximo capítulo	204
 CAPÍTULO 6 – CONCEITO E DEFINIÇÃO NO PROCESSO PENAL.....		205
6.1	Conceito e estática jurídica.....	205
6.2	Conceito e definição.....	207
6.3	Regras para definição e classificação	210
6.4	Acepções de nulidade na legislação	211
6.5	Método do signo como padrão ou esquema	212
6.6	Acepções de nulidade na doutrina	214
6.7	Nulidade como sanção jurídica	214
6.8	Nulidade como defeito do ato processual	216
6.9	Nulidade como ato jurídico inválido	223
6.10	Nulidade como sanção e como defeito	224

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

6.11 Nulidade como normas em situação pragmática-possibilista	225
6.12 Nulidade como providência saneadora	227
6.13 Nulidade como tipo processual e constitucional	228
6.14 Aplicação a caso concreto	228
6.15 Conclusão e próximo capítulo	230
CAPÍTULO 7 – NULIDADE CONFORME AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM.....	
7.1 Linguagem e método	233
7.2 Abordagens de definição de nulidade.....	238
7.3 Concepção semântica	238
7.4 Concepção sintática	239
7.5 Concepção pragmática	240
7.6 Nulidade na teoria geral do direito	242
7.7 Justificação do ato processual no plano jurídico	243
7.8 Nulidade como categoria normativa.....	245
7.9 A vontade como elemento relevante da categoria normativa	247
7.10 Incidência (d)eficiente da norma jurídica	249
7.11 Estrutura da norma jurídica processual.....	251
7.12 Percurso descritivo da norma jurídica.....	253
7.13 Da prescrição legal à estrutura normativa	254
7.14 Relação entre atipicidade e invalidade	258
7.15 Aplicação a caso concreto	260
7.16 Conclusão e próximo capítulo	261

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

CAPÍTULO 8 – FORMALISMO NO PROCESSO PENAL	263
8.1 Teoria convencionalista no processo penal.....	263
8.2 Linguagem no processo penal	265
8.3 Relação de fato normada no sistema.....	267
8.4 Nulidade e invalidade.....	270
8.5 Interpretação sob a ótica do observador e do participante do sistema.....	271
8.6 Formalismo e garantia	272
8.7 Aplicação a caso concreto	275
8.8 Conclusão e próximo capítulo	276

Segunda Parte

LÓGICA DE CLASSES NO PROCESSO PENAL

CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÕES NO PROCESSO PENAL	281
9.1 Classificação e noção.....	281
9.2 Percurso da classificação no sistema acusatório	282
9.3 Controle da dissonância cognitiva	284
9.3.1 Dissonância cognitiva e impedimento do juiz.....	285
9.3.2 Prevenção do juízo e sistema acusatório..	286
9.4 Racionalidade dogmática e diálogo crítico.....	289
9.5 Estrutura da relação normativa	291
9.6 Esboço das relações normativas da nulidade	292

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

9.7 Teoria das relações	294
9.8 Teoria dos predicativos poliádicos	296
9.9 Percurso do sistema abstrato ao sistema concreto	298
9.10 Bases para uma classificação das nulidades processuais penais	299
9.11 Aplicação a caso concreto	301
9.12 Conclusão e próximo capítulo	303
CAPÍTULO 10 – CLASSIFICAÇÃO DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS NO ORDENAMENTO JURIDICO.....	
10.1 Nulidade no direito positivo	305
10.2 Nulidade na Constituição de 1988	306
10.3 Nulidade no Código de Processo Penal	307
10.4 Sistemas de nulidades processuais penais	308
10.5 Dualidade normativa	310
10.6 Aplicação a caso concreto	311
10.7 Conclusão e próximo capítulo	312
Terceira Parte	
PARÂMETROS DO CONTROLE DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS	
CAPÍTULO 11 – REGRAS DE CALIBRAÇÃO NO PROCESSO PENAL.....	
11.1 Conceito de regra de calibração.....	317

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

11.2	Relato e cometimento da comunicação normativa	318
11.3	Aspecto-relato da norma jurídica.....	319
11.4	Aspecto-cometimento da norma jurídica	320
11.5	Relações intranormativas e internormativas	321
11.6	Controle de imunização normativa	321
11.7	Análise da regra de calibração.....	323
11.8	Regra de calibração no processo penal	326
11.9	Fundamentação e estrutura da regra de calibração	328
11.10	Regras de calibração de natureza legal	329
11.11	Regras de calibração de natureza jurisprudencial.....	330
11.12	Controle de constitucionalidade da regra de calibração.....	331
11.13	Aplicação a caso concreto	335
CAPÍTULO 12 – TEORIA DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL.....		339
12.1	Teoria de normas individuais e concretas.....	339
12.2	Norma jurídica primária	341
12.2.1	Inexistência jurídica.....	342
12.2.2	Nulidade absoluta.....	343
12.2.3	Nulidade relativa	344
12.2.4	Irregularidade.....	346
12.3	Norma jurídica secundária.....	347
12.3.1	Efeitos gerais.....	348
12.3.1.1	<i>Invalidação</i>	349
12.3.1.2	<i>Convalidação</i>	349

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

12.3.1.3 <i>Saneamento</i>	351
12.3.2 Efeitos específicos	352
12.3.2.1 <i>Modulação</i>	352
12.3.2.2 <i>Inadmissibilidade</i>	353
12.3.2.3 <i>Desentranhamento</i>	355
12.3.2.4 <i>Inutilização</i>	356
12.4 Estrutura da nulidade no processo penal.....	357
12.5 Descrição dos componentes da estrutura nulificadora	359
12.6 Síntese da teoria da nulidade no processo penal	362
12.7 Aplicação a caso concreto	365
12.8 Conclusão e próximo capítulo	367

CAPÍTULO 13 – PLANO SEMÂNTICO DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS 369

13.1 Sentido e valor jurídico	369
13.2 Significante, sentido e significado	369
13.3 Índice, ícone e símbolo	373
13.4 Direitos fundamentais de primeira geração.....	375
13.5 Proteção de direitos fundamentais pelo conteúdo normativo	377
13.6 Objeções a uma classificação unitária das nulidades	378
13.7 Interpretação congruente com a finalidade protetiva do direito processual penal	381
13.8 Parâmetro textual de controle	383
13.9 Linguagem formal e hermenêutica no processo penal	385

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

13.10 Aplicação a caso concreto	388
13.11 Conclusão e próximo capítulo	390

II - DINÂMICA DO PROCESSO PENAL**Quarta Parte****PRODUÇÃO NORMATIVA NO PROCESSO PENAL**

CAPÍTULO 14 – PLANO SINTÁTICO DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS	395
14.1 Competência e relação normativa	395
14.2 Estrutura e modais lógicos	396
14.3 Estrutura, competência penal e nulidade.....	401
14.4 Critério pessoal. Regra de competência	404
14.5 Critério espacial. Limites da jurisdição	407
14.6 Aspecto espaço-temporal da nulidade	407
14.6.1 Nulidades na persecução penal estatal e divisão de competência.....	408
14.6.2 Nulidade em momento anterior e a compe- tência do juiz das garantias.....	409
14.7 Critério espacial em processo penal distinto. Revisão criminal e rescindibilidade	411
14.8 Critério temporal. Intervalo de aplicação.....	413
14.9 Critério material. Dever-ser neutro. Dever-ser modalizado.....	414
14.10 Aspecto possibilista-pragmático. Estrutura nulificadora.....	416
14.11 Fundamentação judicial.....	422

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

14.12 Relação e modulação	425
14.13 Estrutura normativa do controle da prova	426
14.14 Aplicação a caso concreto	430
14.15 Conclusão e próximo capítulo	433
CAPÍTULO 15 – PLANO PRAGMÁTICO DAS	
NORMAS PROCESSUAIS PENAIS.....	
15.1 Pragmatismo no processo penal.....	435
15.2 Alcance e limite do aspecto pragmático	437
15.3 Refração jurisprudencial ao controle do aspecto pragmático	439
15.4 Formalismo no controle do aspecto pragmático .	441
15.5 Função da nulidade (aspecto pragmático-possibilista)	443
15.6 Invalidação (aspecto restaurativo e constitutivo negativo)	444
15.7 Saneamento (aspecto constitutivo positivo)	445
15.8 Terminologia (convalidação, renovação, substituição, suprimento, ratificação, retificação, preclusão e revisibilidade)	445
15.9 Convalidação (aspecto conservativo).....	448
15.10 Aspecto finalístico do processo penal (tutela de garantias).....	450
15.11 Celeridade e dispensa do laudo toxicológico definitivo	453
15.12 Procedimento legal-constitucional	455
15.13 Tutela da liberdade pelo procedimento	457
15.14 A forma e os fins enquanto limites do aspecto pragmático-possibilista	458

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

15.15 Pragmática das nulidades processuais penais.	460
15.16 Aplicação a caso concreto	463
15.17 Conclusão e próximo capítulo	463
CAPÍTULO 16 – TEORIA DA NORMA JURÍDICA NO PROCESSO PENAL.....	465
16.1 Estrutura-sede da produção normativa.....	465
16.2 Nomogênese.....	468
16.3 Nomogênese no sistema de persecução penal ...	468
16.4 Nomogênese do sistema de nulidade.....	469
16.5 Tempo e dinâmica do processo penal	470
16.6 Controle da condenação e da absolvição imprópria com trânsito em julgado.....	471
16.7 Autorregulação do sistema processual penal	471
16.8 <i>Autopoiesis</i> do sistema pela jurisprudência	472
16.9 Limites à calibragem judicial	473
16.10 Produção probatória e verdade mais do que formal.....	473
16.11 Normas gerais e abstratas	475
16.11.1 Relação entre normas	476
16.11.2 Do enunciado protocolar ao percurso normativo.....	477
16.12 Normas gerais e concretas.....	478
16.13 Normas individuais e abstratas	479
16.14 Normas individuais e concretas.....	480
16.15 Aplicação a caso concreto	482
16.16 Conclusão e próximo capítulo	483

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

CAPÍTULO 17 – PRODUÇÃO NORMATIVA E	
CONTROLE DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS ..	485
17.1 Plano concreto de controle dos atos processuais penais.....	485
17.2 Baixo controle de nulidade no processo penal ..	486
17.3 Percurso do controle da produção normativa....	487
17.4 Conotação e denotação na produção normativa	487
17.5 Modificação do mundo jurídico pela (des) afetação da forma dos atos processuais.....	489
17.6 Controle da (in) validade pelo participante do sistema.....	490
17.7 Realismo jurídico em confronto com as bases do sistema.....	491
17.8 Tutela da liberdade como limite à postura realista	493
17.9 Persuasão natural realista.....	494
17.10 Fontes de cognição do realismo jurídico.....	494
17.11 Fundamentação teórica do realismo jurídico ..	496
17.12 Limites do direito legislado	501
17.13 Confronto da legislação com a interpretação dada pelos tribunais	501
17.14 Pragmática comunicativa e racionalidade do discurso jurídico.....	502
17.15 Aplicação a caso concreto	506
17.16 Conclusão e próximo capítulo	507

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

Quinta Parte
PRAGMÁTICA DO CONTROLE DOS ATOS
PROCESSUAIS PENAIS

CAPÍTULO 18 – PRAGMÁTICA DAS NULIDADES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	511
18.1 Substrato do direito	511
18.2 Pragmática do art. 563 do CPP. Princípio do prejuízo.....	514
18.3 Pragmática do art. 564 do CPP. Rol exemplificativo. Constrangimentos dogmáticos. Constrangimentos epistêmicos.....	516
18.4 Pragmática do art. 565 do CPP. Boa-fé objetiva. Autodefesa. Defesa técnica. Vedação à autoincriminação	519
18.5 Pragmática do art. 566 do CPP. Verdade real (verdade substancial). Verdade formal. Verdade mais do que formal. Impeditivas de nulidade. Teoria da dissonância cognitiva. Ônus da prova. Postulado da dúvida.....	523
18.6 Pragmática do art. 567 do CPP. Princípio da <i>Kompetenz-Kompetenz</i> . Repertório do sistema. Estrutura do sistema	532
18.7 Pragmática do art. 568 do CPP. Calibração da capacidade postulatória	537
18.8 Pragmática do art. 569 do CPP. Representação como condição de procedibilidade da ação penal pública condicionada	540
18.9 Pragmática do art. 570 do CPP. Substituição da citação pelo comparecimento do imputado	541

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

18.10 Pragmática do art. 571 do CPP. Aspecto temporal da arguição de nulidade	542
18.11 Pragmática do art. 572 do CPP. Interpretação conforme a constituição dos critérios de oportunidade, finalidade e anuência	543
18.12 Pragmática do art. 573 do CPP. Extensão dos efeitos da nulidade	545
18.13 Aplicação a caso concreto	546
18.14 Conclusão e próximo capítulo	547

CAPÍTULO 19 – PRAGMÁTICA DAS NULIDADES NA JURISPRUDÊNCIA..... 549

19.1 Complexidade da ordem jurídica e regra por referência	549
19.2 Produção normativa autopoietica e circular	551
19.3 Estrutura autorreferente e limites à autorregulação	552
19.4 Analogia <i>legis</i> e analogia <i>juris</i>	553
19.5 Abstrativização da jurisprudência.....	554
19.6 Ontologia e garantismo	555
19.7 Súmulas que fixam o sentido e o alcance da nulidade por violação à ordem de quesitação e por falta de quesito obrigatório.....	556
19.8 <i>Standards</i> sumulares com previsão de nulidade por falta de comunicação de expedição de carta precatória.....	557
19.9 <i>Standard</i> sumular que prevê nulidade por ausência de dispositivo legal no edital de citação.....	558

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

19.10 <i>Standard</i> sumular que prevê nulidade por citação por edital de réu preso na mesma unidade federativa do juiz processante.....	558
19.11 <i>Standard</i> sumular que estipula nulidade por participação de jurado impedido no julgamento do júri.....	558
19.12 <i>Standard</i> sumular que preconiza nulidade por falta de intimação da pauta do julgamento de tribunal.....	559
19.13 <i>Standard</i> sumular que estatui nulidade por falta de intimação para oferecer contrarrazões de recurso contra rejeição da inicial.....	559
19.14 <i>Standard</i> sumular que estatui nulidade por falta de intimação para constituir novo defensor	560
19.15 <i>Standard</i> sumular que averba nulidade por falta de intimação do desaforamento	560
19.16 Súmulas que instituem regras de calibração ...	561
19.17 Regra de calibragem sumular sobre exame de corpo de delito	561
19.18 Regra de calibragem sumular sobre a nomeação de curador ao inimputável	563
19.19 Regra de calibragem sumular sobre a garantia de defesa e concessão de prazos	564
19.20 Regra de calibragem sumular sobre a prevenção	564
19.21 Aplicação a caso concreto	567
19.22 Conclusão e próximo capítulo	568

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

Sexta Parte

**INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO
DIREITO PROCESSUAL PENAL**

CAPÍTULO 20 – INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR ...	573
20.1 Conceito de investigação preliminar.....	573
20.2 Investigações não estatais e controles digitais...	575
20.3 Polícia, investigação defensiva e policiamento preditivo	577
20.4 Características do inquérito policial	578
20.5 Atribuição para condução do inquérito policial	582
20.6 Investidura e controle da atribuição investigativa	583
20.7 Controle de prazos do inquérito policial.....	585
20.8 Notícia do fato (<i>notitia criminis</i>)	587
20.9 Nulidade no inquérito policial.....	590
20.10 Inafastabilidade da jurisdição no controle das investigações.....	591
20.11 Arquivamento por ilicitude do inquérito policial (trancamento).....	591
20.12 Baixo controle da investigação preliminar.....	593
20.13 Extensão da inexistência jurídica do inquérito policial	594
20.14 Intervenção do Membro do Ministério Público sem atribuição legal no inquérito policial (prin- cípio do promotor legal).....	597
20.15 Instrumentalidade do direito material na inves- tigação preliminar.....	599

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

20.16 Regra de atribuição para a lavratura de auto de prisão em flagrante ou emissão de portaria (peças inaugurais do inquérito policial)	601
20.17 Indiciamento	602
20.18 Reprodução simulada dos fatos	604
20.19 Direito à intimidade e à imagem do imputado.	605
20.20 Direito à inviolabilidade domiciliar	606
20.21 Direito ao sigilo.....	607
20.22 Espaço de cognição das garantias fundamentais	609
20.23 Arquivamento das investigações preliminares	610
20.23.1 Manifestação do Ministério Público pelo arquivamento de inquérito policial ou de outros procedimentos investigativos criminais	610
20.23.2 Justa causa como parâmetro de controle da investigação preliminar	614
20.23.3 Coisa julgada da decisão de arquivamento do inquérito policial	616
20.23.4 Indeferimento do requerimento de abertura de inquérito policial.....	621
20.24 Desarquivamento do inquérito policial.....	621
20.25 Investigação de ato infracional	622
20.26 Extensibilidade jurisdicional da investigação e formalismo	625
20.27 Extensão da nulidade da investigação ao processo penal.....	626
20.28 Identificação criminal do investigado	626
20.29 Identificação genética do investigado.....	627
20.30 Identificação multibiométrica do investigado ..	630

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

20.31 Aplicação a caso concreto	632
20.32 Conclusão e próximo capítulo	633
CAPÍTULO 21 – AÇÃO PENAL	635
21.1 Conceito de ação.....	635
21.2 Terminologia.....	638
21.3 Classificação da ação penal condenatória	639
21.3.1 Ação penal pública incondicionada	640
21.3.2 Ação penal pública condicionada	640
21.3.3 Ação penal privada exclusiva.....	642
21.3.4 Ação penal privada personalíssima	642
21.3.5 Ação penal privada subsidiária da pública.	643
21.4 Características da ação penal pública.....	643
21.5 Características da ação penal privada	645
21.6 Pressupostos processuais	647
21.7 Capacidade postulatória	648
21.8 Condições para o exercício da ação penal	650
21.9 Originalidade como condição para o exercício da ação penal	654
21.10 Justa causa para o exercício da ação penal	655
21.11 Condições de procedibilidade à ação penal.....	658
21.12 Condições de prosseguibilidade e causas obje- tivas de punibilidade	658
21.13 Petição inicial acusatória	659
21.14 Aditamento à petição inicial	662
21.15 Aplicação a caso concreto	666
21.16 Conclusão e próximo capítulo	666

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

CAPÍTULO 22 – AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	669
22.1 Conceito.....	669
22.2 Independência das instâncias e adesão civil....	671
22.3 Interdependência entre a coisa julgada cível e a coisa julgada penal.....	672
22.4 Sistemas de reparação civil decorrente do delito	675
22.5 Espécies de ação civil <i>ex delicto</i>	676
22.6 Competência para a ação civil <i>ex delicto</i>	676
22.7 Efeitos civis da sentença penal.....	677
22.8 Aplicação a caso concreto.....	680
22.9 Conclusão e próximo capítulo	681
CAPÍTULO 23 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA..	683
23.1 Conceito.....	683
23.2 Espécies de jurisdição	684
23.3 Critérios estruturais da competência penal.....	684
23.4 Eixos para a organização da competência.....	686
23.4.1 Competência em razão do lugar (<i>ratione loci</i>)	686
23.4.1.1 Lugar da infração penal.....	686
23.4.1.2 Lugar do domicílio ou residência do réu.....	687
23.4.1.3 Lugar do domicílio da vítima	688
23.4.1.4 Distribuição	689
23.4.1.5 Prevenção.....	689
23.4.2 Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>).....	690

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

23.4.3 Competência em razão da prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>)	691
23.5 Percurso da fixação da competência criminal...	693
23.6 Modificações da competência.....	694
23.6.1 Conexão e continência	694
23.6.2 Foro prevalente.....	697
23.6.3 Reunião de processos	699
23.6.4 Prorrogação da competência	700
23.6.5 Perpetuação da jurisdição (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>).....	700
23.6.6 Separação de processos.....	701
23.7 Aplicação a caso concreto	702
23.8 Conclusão e próximo capítulo	703
CAPÍTULO 24 – COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	705
24.1 Conceito.....	705
24.2 Classificação	705
24.2.1 Citação	706
24.2.1.1 Citação na investigação preliminar	707
24.2.1.2 Citação por mandado	709
24.2.1.3 Citação por ofício.....	710
24.2.1.4 Citação por edital.....	710
24.2.1.4.1 Citação por edital do réu preso .	711
24.2.1.4.2 Suspensão do processo do citado por edital.....	712
24.2.1.4.3 Revelia no processo penal.....	712
24.2.2 Intimação	713

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

24.2.2.1 <i>Intimação do advogado (defensor constituído)</i>	713
24.2.2.2 <i>Intimação do Ministério Público</i> ..	714
24.2.2.3 <i>Intimação da Defensoria Pública e do defensor dativo</i>	715
24.2.2.4 <i>Intimação das partes em audiência e demais formas de intimação</i>	715
24.2.2.5 <i>Intimação nos processos sob segredo judicial</i>	716
24.2.2.6 <i>Intimação do réu para a sessão do Júri</i>	716
24.2.2.7 <i>Intimação das testemunhas para a sessão do júri</i>	719
24.2.2.8 <i>Intimação da sentença condenatória</i>	720
24.2.2.9 <i>Intimação da sentença absolutória</i>	722
24.2.3 <i>Notificação</i>	722
24.3 <i>Substituição da citação pelo comparecimento do imputado</i>	723
24.4 <i>Intimação e coisa julgada</i>	724
24.5 <i>Cartas (precatória, rogatória e de ordem)</i>	724
24.6 <i>Aplicação a caso concreto</i>	727
24.7 <i>Conclusão e próximo capítulo</i>	728
CAPÍTULO 25 – SUJEITOS PROCESSUAIS	731
25.1 <i>Conceito</i>	731
25.2 <i>Juiz</i>	732
25.3 <i>Defensor</i>	737
25.3.1 <i>Classificação</i>	738

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

25.3.2 Renúncia ao mandato	739
25.3.3 Substituição de defensor público e recusa de defensor dativo	739
25.3.4 Abandono do processo	740
25.3.5 Impedimento do advogado	741
25.4 Ministério Público	741
25.4.1 Intervenção do Ministério Público.....	743
25.4.2 Intervenção obrigatória adesiva na ação privada supletiva	744
25.5 Aplicação a caso concreto	747
25.6 Conclusão e próximo capítulo	749
CAPÍTULO 26 – DEFESA DO IMPUTADO.....	751
26.1 Conceito.....	751
26.2 Conteúdo semântico do direito de defesa.....	752
26.3 Conteúdo sintático do direito de defesa.....	754
26.4 Conteúdo pragmático do direito de defesa.....	757
26.5 Aplicação a caso concreto	760
26.6 Conclusão e próximo capítulo	761
CAPÍTULO 27 – PRISÃO PROVISÓRIA.....	763
27.1 Medida cautelar e prisão provisória.....	763
27.2 Prisão provisória não cautelar	765
27.3 Prisão em flagrante	770
27.3.1 Classificação da prisão em flagrante.....	772
27.3.2 Audiência de custódia.....	776
27.3.3 Controle da audiência de custódia.....	779

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

27.3.4 Nota de culpa na prisão em flagrante	782
27.4 Prisão preventiva	785
27.4.1 Limites à decretação da prisão preventiva	786
27.4.1.1 <i>Requisitos alternativos da prisão preventiva (hipóteses)</i>	786
27.4.1.2 <i>Requisitos cumulativos da prisão preventiva (pressupostos)</i>	787
27.4.1.3 <i>Requisito estrutural de controle (condição)</i>	788
27.4.2 Iniciativa à prisão preventiva.....	789
27.4.3 Mandado de prisão preventiva	790
27.5 Prisão temporária	790
27.5.1 Limites à decretação da prisão temporária	791
27.5.2 Execução da prisão temporária.....	794
27.5.3 Nota de culpa na prisão temporária	795
27.6 Uso de algemas.....	795
27.7 Prisão do advogado.....	800
27.8 Vedação da prisão cautelar como antecipação de pena.....	800
27.9 Aplicação a caso concreto	802
27.10 Conclusão e próximo capítulo	804
CAPÍTULO 28 – LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA	807
28.1 Cautelaridade e contracautelaridade da liberdade provisória e da fiança	807
28.2 Liberdade provisória	808
28.3 Fiança	812

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

28.3.1 Classificação da fiança.....	812
28.3.2 Fiança própria	813
28.3.2 Vedações à fiança	814
28.3.3 Modalidades de fiança	816
28.3.4 Objetivos da fiança	816
28.3.5 Arbitramento da fiança	817
28.3.6 Deveres do afiançado.....	818
28.3.7 Quebramento da fiança	820
28.3.8 Perdimento da fiança	821
28.3.9 Revogação da fiança.....	822
28.3.10 Cassação da fiança	823
28.3.11 Reforço da fiança.....	823
28.4 Aplicação a caso concreto	824
28.5 Conclusão e próximo capítulo	824

CAPÍTULO 29 – MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO..... 827

29.1 Conceito.....	827
29.2 Limites comuns às medidas cautelares	828
29.2.1 Juízo de necessidade (urgência)	828
29.2.2 Juízo de adequação (justa medida)	829
29.3 Medidas cautelares diversas da prisão	830
29.3.1 Comparecimento periódico em juízo.....	831
29.3.2 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	831
29.3.3 Proibição de manter contato com pessoa determinada	831

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

29.3.4 Proibição de ausentar-se da comarca.....	832
29.3.5 Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga	832
29.3.6 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.....	833
29.3.7 Internação provisória	833
29.3.8 Fiança imprópria.....	833
29.3.9 Monitoração eletrônica	835
29.4 Aplicação a caso concreto	835
29.5 Conclusão e próximo capítulo	836
CAPÍTULO 30 – PROVA PENAL.....	839
30.1 Metodologia da prova	839
30.2 Conceito de prova	839
30.3 Acepções da prova	840
30.4 Elementos de informação e provas.....	841
30.5 Sujeito da prova.....	843
30.6 Objeto da prova	845
30.7 Destinatários da prova	846
30.8 Iniciativa da prova	846
30.9 Procedimento probatório (etapas)	848
30.10 Finalidade da prova.....	850
30.11 Conformidade probatória	851
30.12 Ilicitude probatória	852
30.12.1 Teoria da inadmissibilidade das provas ilícitas (regra geral de exclusão).....	853

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

30.12.2 Teoria da ilicitude por derivação (doutrina dos frutos da árvore envenenada)	854
30.12.3 Teoria da tinta diluída (nexo atenuado).	854
30.12.4 Teoria da fonte independente	855
30.12.5 Teoria da exceção de erro inócuo.....	856
30.13 Nulidade do ato aquisitivo	857
30.14 Nulidade por quebra da cadeia de custódia da prova penal	858
30.15 Silogismo e método	860
30.16 Método abduutivo.....	861
30.17 Controle da prova.....	863
30.18 Meios de prova positivados no CPP.....	867
30.18.1 Exame de corpo de delito	868
30.18.1.1 <i>Obrigatoriedade do exame de corpo de delito</i>	869
30.18.1.2 <i>Controle do exame de corpo de delito</i>	872
30.18.1.3 <i>Exame de corpo de delito indireto e suprimento pela prova testemunhal</i>	874
30.18.1.4 <i>Peritos</i>	875
30.18.1.5 <i>Perícia realizada por um só perito não oficial</i>	876
30.18.1.6 <i>Isolamento da prova pericial submetida à cognição dos jurados</i>	877
30.18.1.7 <i>Perícia no trânsito</i>	878
30.18.1.8 <i>Exame toxicológico</i>	878
30.18.1.9 <i>Exame de potencialidade ofensiva de arma de fogo (exame balístico)</i>	882
30.18.2 Interrogatório.....	883

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

30.18.2.1	<i>Formalidades</i>	885
30.18.2.2	<i>Vedação de isolamento dos litiscon-</i> <i>sortes passivos durante os interrogatórios</i>	886
30.18.3	Confissão	889
30.18.3.1	<i>Classificação</i>	890
30.18.3.2	<i>Valor probatório</i>	891
30.18.4	Declarações do ofendido	891
30.18.4.1	<i>Condução coercitiva</i>	892
30.18.4.2	<i>Espaço reservado à vítima</i>	893
30.18.5	Prova testemunhal	893
30.18.5.1	<i>Recusa e proibição de depor</i>	894
30.18.5.2	<i>Formalidades e classificação do</i> <i>testemunho</i>	894
30.18.5.3	<i>Tomada de declarações sob tortura</i> .	896
30.18.6	<i>Reconhecimento de pessoas e coisas</i>	898
30.18.7	<i>Acareação</i>	899
30.18.8	<i>Prova documental</i>	900
30.18.8.1	<i>Classificação e efeitos jurídicos</i> .	900
30.18.8.2	<i>Procedimento de juntada de docu-</i> <i>mentos</i>	903
30.18.9	Indícios	903
30.18.10	Presunções	904
30.18.11	Busca e apreensão	905
30.18.11.1	<i>Garantias individuais envolvidas</i>	906
30.18.11.2	<i>Situações de dispensa de mandado</i>	907
30.19	Meios de prova não positivados no CPP	908
30.19.1	Empréstimo probatório	908

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

30.19.1.1 <i>Requisitos à prova emprestada ...</i>	909
30.19.1.2 <i>Compartilhamento de informações</i>	910
30.19.2 <i>Captações de sinais sonoros, digitais e de imagens</i>	911
30.19.3 <i>Escuta especializada e depoimento especial</i>	915
30.19.4 <i>Outros meios de obtenção de prova</i>	916
30.20 <i>Aplicação a caso concreto</i>	918
30.21 <i>Conclusão e próximo capítulo</i>	918
CAPÍTULO 31 – PROCEDIMENTOS.....	921
31.1 <i>Conceito.....</i>	921
31.2 <i>Procedimento comum</i>	922
31.2.1 <i>Procedimento comum ordinário</i>	923
31.2.2 <i>Procedimento comum sumário</i>	923
31.2.3 <i>Procedimento comum sumaríssimo</i>	923
31.2.4 <i>Aplicabilidade subsidiária aos demais ritos</i>	923
31.3 <i>Procedimentos especiais.....</i>	926
31.3.1 <i>Procedimento do júri</i>	926
31.3.1.1 <i>Rito escalonado. Significado.....</i>	927
31.3.1.2 <i>Desaforamento e reaforamento.....</i>	927
31.3.1.3 <i>Composição do júri</i>	928
31.3.1.4 <i>Investidura dos jurados</i>	928
31.3.1.5 <i>Testemunhas arroladas para a sessão do júri.....</i>	929
31.3.1.6 <i>Publicação da lista geral anual de jurados</i>	930
31.3.1.7 <i>Organização da pauta</i>	930

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

31.3.1.8 Audiência pública de sorteio para a reunião do júri	931
31.3.1.9 Quorum de quinze jurados	932
31.3.1.10 Incomunicabilidade dos jurados	933
31.3.1.11 Sorteio e recusas de jurados.....	933
31.3.1.12 Quesitação do júri	933
31.3.1.13 Acusação e defesa no júri	940
31.3.2 Procedimento nos crimes de falência.....	942
31.3.3 Procedimento nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	942
31.3.4 Procedimento nos crimes contra a honra	943
31.3.5 Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial	944
31.3.6 Procedimento de restauração de autos	945
31.3.7 Procedimento nos crimes de tráfico de drogas.....	946
31.3.8 Procedimento das ações penais condenatórias de competência dos tribunais	946
31.3.8.1 Legislação aplicável.....	947
31.3.8.2 Procedimento da ação penal originária no STF	947
31.3.8.3 Quorum dos tribunais.....	947
31.4 Aplicação a caso concreto	948
31.5 Conclusão e próximo capítulo	949
CAPÍTULO 32 – QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	951
32.1 Questão e ponto controvertido	951

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

32.2 Definição e classificação	951
32.3 Questão prejudicial	954
32.4 Questão prejudicial heterogênea	956
32.5 Procedimento nas questões prejudiciais heterogêneas	956
32.6 Questão prejudicial homogênea	960
32.7 Exceções processuais penais.....	961
32.7.1 Exceção de suspeição.....	961
32.7.2 Exceção de incompetência de juízo	966
32.7.3 Exceções de ilegitimidade de parte, de litispendência e de coisa julgada	967
32.8 Processo incidente.....	967
32.8.1 Conflito de jurisdição (conflito de competência).....	968
32.8.2 Conflito de atribuições	970
32.8.3 Restituição de coisas apreendidas	971
32.8.4 Medidas assecuratórias.....	974
32.8.4.1 Arresto.....	975
32.8.4.2 Sequestro.....	976
32.8.4.2.1 <i>Iniciativa e procedimento ao sequestro de bens (regra geral)</i>	976
32.8.4.2.2 <i>Iniciativa e procedimento nos casos de crimes contra a fazenda pública.</i>	978
32.8.4.3 <i>Especialização e inscrição de hipoteca legal</i>	979
32.8.4.4 <i>Alienação antecipada</i>	980
32.8.5 Incidente de falsidade	980
32.8.6 Incidente de insanidade mental	982

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

32.9 Aplicação a caso concreto	986
32.10 Conclusão e próximo capítulo	989
CAPÍTULO 33 – PRAZOS	993
33.1 Conceito.....	993
33.2 Continuidade dos prazos.....	994
33.3 Forma de contagem dos prazos.....	995
33.4 Documentação e prorrogação dos prazos.....	995
33.5 Suspensão do curso dos prazos	995
33.6 Termo inicial.....	996
33.7 Prazos para o exercício da acusação e da defesa	996
33.8 Excesso de prazo para apresentação de petições que constituem atos ou elementos essenciais	998
33.9 Aplicação a caso concreto	999
33.10 Conclusão e próximo capítulo	999
CAPÍTULO 34 – CONSENSO NO PROCESSO PENAL	1001
34.1 Expansão dos espaços consensuais	1001
34.2 Relação entre consenso e verdade	1001
34.3 Composição dos danos cíveis.....	1002
34.4 Transação Penal.....	1003
34.5 Acordo de não persecução penal (ANPP).....	1004
34.6 Suspensão condicional do processo	1006
34.7 Colaboração premiada.....	1006
34.7.1 Terminologia e estrutura	1006
34.7.1.1 Colaboração e delação.....	1006

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

34.7.1.2 <i>Delação e confissão</i>	1007
34.7.2 Classificação	1008
34.7.3 Colaboração premiada nos crimes imputados a organização criminosa	1009
34.7.4 Controle do acordo de colaboração premiada	1012
34.8 Aplicação a caso concreto	1013
34.9 Conclusão e próximo capítulo	1015
 CAPÍTULO 35 – DECISÃO JUDICIAL	 1017
35.1 Conceito.....	1017
35.2 Classificação	1019
35.3 Fundamentação das decisões judiciais no contexto das garantias fundamentais	1021
35.4 Ausência ou deficiência de fundamentação das decisões judiciais.....	1025
35.5 Inexistência jurídica de sentença penal e limites decorrentes do princípio da correlação (<i>mutatio libelli e emendatio libelli</i>)	1025
35.6 Manifestação do MP pela absolvição do réu e inclusão de agravantes não requeridas nas alegações finais (art. 385, CPP).....	1026
35.7 Limites à correlação entre a acusação e a sentença (arts. 383; 384, CPP). Interpretação conforme a constituição do art. 385 do CPP	1027
35.8 Erro sobre pressuposto subjetivo passivo à sentença	1030
35.9 Sentença penal condenatória	1031
35.10 Decisão de pronúncia	1036
35.11 Coisa julgada.....	1039
35.12 Duplicidade de sentenças e coisa julgada	1041

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

35.13 Aplicação a caso concreto.....	1044
35.14 Conclusão e próximo capítulo	1045
CAPÍTULO 36 – RECURSOS	1047
36.1 Conceito.....	1047
36.2 Dimensão irrenunciável do direito ao recurso...	1047
36.3 Legitimados à postulação recursal.....	1048
36.4 Reexame necessário (recurso <i>ex officio</i>)	1049
36.4.1 Hipóteses de reexame necessário no CPP	1050
36.4.2 Hipóteses de reexame necessário na legis- lação extravagante.....	1050
36.4.3 Controle da observância do duplo grau de jurisdição obrigatório.....	1051
36.5 Juízo de admissibilidade	1052
36.5.1 Pressupostos recursais objetivos	1052
36.5.2 Pressupostos recursais subjetivos.....	1054
36.6 Juízo de mérito.....	1054
36.7 Efeitos recursais.....	1055
36.7.1 Efeito devolutivo	1056
36.7.2 Efeito suspensivo	1056
36.7.3 Efeito regressivo	1057
36.7.4 Efeito translativo	1057
36.7.5 Efeito obstativo	1058
36.7.6 Efeito extensivo.....	1059
36.8 Pontos comuns ao trâmite dos recursos	1059
36.8.1 Comunicação processual antes de formada relação jurídica processual	1060

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

36.8.2 Comunicação processual da designação do julgamento recursal	1062
36.9 Recursos criminais positivados no ordenamento jurídico	1063
36.9.1 Recurso em sentido estrito.....	1064
36.9.2 Apelação	1065
36.9.3 Embargos infringentes e de nulidade.....	1067
36.9.4 Embargos de declaração	1069
36.9.5 Carta testemunhável.....	1070
36.9.6 Recurso ordinário constitucional.....	1071
36.9.7 Embargos de divergência	1072
36.9.8 Recurso especial.....	1073
36.9.9 Recurso extraordinário	1074
36.9.10 Agravo regimental.....	1076
36.10 Aplicação a caso concreto	1076
36.11 Conclusão e próximo capítulo	1077
CAPÍTULO 37 – AÇÕES AUTÔNOMAS IMPUGNATIVAS	1079
37.1 Conceito.....	1079
37.2 Espécies.....	1079
37.3 <i>Habeas corpus</i>	1080
37.4 Revisão criminal	1084
37.4.1 Classificação.....	1085
37.4.2 Hipóteses de cabimento.....	1086
37.4.3 Controle de revisibilidade ou de rescindibilidade	1086
37.5 Mandado de segurança	1087

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

37.6 Reclamação constitucional	1087
37.7 Correição parcial.....	1089
37.8 Aplicação a caso concreto	1090
37.9 Conclusão do capítulo.....	1091
REFERÊNCIAS	1093
ÍNDICE REMISSIVO DE ARTIGOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	1129
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO DE ASSUNTOS	1141
PÓS-FACIO.....	1197